



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Djalma Bezerra Mello.

AUTORIA: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art.218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, pesar pela morte de Djalma Bezerra Mello, internacionalmente reconhecido por seu trabalho, durante mais de cinco décadas, pelo desenvolvimento regional da Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO

Economista, Djalma Bezerra Mello morreu em 19 de março de 2026, em Brasília, aos 88 anos. Deixa a mulher, Carmelita, e os três filhos: Viviane, Victor e Luiza Mello. Passou mais de cinco décadas trabalhando com desenvolvimento regional na Amazônia. Não era de aparecer, não buscava holofote e não cultivava protagonismo público. O que ele cultivava eram resultados. E os resultados que produziu mudaram a vida de milhões de pessoas.

Começou como consultor de empresas nacionais e multinacionais. Conhecia a linguagem do setor privado, sabia como o dinheiro se move e por que se move. Cedo entendeu que o grande desafio da Amazônia não era atrair atenção — era atrair investimento que ficasse, que gerasse emprego, que criasse raízes. Esse problema o acompanhou pela vida inteira.

Integrou os quadros da SUFRAMA e da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, onde participou da consolidação do modelo econômico da Zona Franca de Manaus. A ZFM é, até hoje, um caso sem paralelo no

mundo. São mais de 500 empresas instaladas, aproximadamente meio milhão de empregos gerados, faturamento superior a US\$ 37 bilhões por ano — e o estado do Amazonas mantém 98% de sua cobertura florestal intacta. Não existe em nenhum outro país um polo industrial que produza riqueza nessa escala e ao mesmo tempo preserve o ambiente nessa proporção. Djalma estava lá quando isso foi construído. Não como espectador, mas como um dos profissionais que deram forma econômica ao projeto.

Em 2004, o Conselho Regional de Economia do Amazonas e Roraima o elegeu Economista do Ano. Não era um título político nem honorário. Era o reconhecimento de quem trabalhava com ele, via o que ele fazia e sabia avaliar a qualidade do que estava sendo feito.

O capítulo mais importante da sua trajetória, porém, começou por volta de 2008, quando assumiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — a SUDAM. O trabalho de Djalma não era apenas administrativo. Era de reconstrução — de credibilidade, de propósito e de resultado.

Ele reconstruiu. Em aproximadamente sete anos à frente da autarquia, Djalma administrou mais de R\$ 20 bilhões em investimentos aprovados para a Amazônia Legal, com mais de 80% direcionados a projetos de infraestrutura. Somente em 2013, a SUDAM sob sua gestão aprovou 236 projetos de incentivos fiscais, com projeção de geração de 420 mil empregos diretos e indiretos. Djalma ampliou os incentivos fiscais da SUDAM para cinco novos setores que até então não contavam com esse instrumento na região: transporte rodoviário e fluvial, reflorestamento, educação, saúde e indústria naval.

Criou a PDIAL — a Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal. Foi a primeira política industrial específica para a região em mais de sessenta anos. A Amazônia, que abriga a maior biodiversidade e a maior reserva de água doce do planeta, simplesmente nunca havia tido uma estratégia industrial própria. Djalma não apenas identificou essa lacuna — ele a preencheu. A PDIAL foi descrita por especialistas como "um marco pelo ineditismo" e incluiu dois estudos

que jamais haviam sido realizados: um sobre a integração econômica entre os estados amazônicos e outro sobre política industrial regional. Pela primeira vez, a Amazônia tinha um plano.

Trouxe o programa Águas Para Todos para a região. A Amazônia concentra 20% da água doce do planeta, mas milhões de pessoas que vivem nela não tinham acesso a água tratada. A contradição é das mais brutais que o Brasil produz, e Djalma decidiu enfrentá-la.

Firmou parceria entre a SUDAM e a UFPA para adotar o TerraMA², sistema de monitoramento ambiental e de desastres do INPE. A SUDAM se tornou a primeira instituição da Amazônia a operar essa tecnologia — um passo que parece óbvio, mas que ninguém havia dado antes dele.

Lançou o programa Mulheres na Construção Civil, em parceria com o IFAM, que capacitou 100 mulheres em situação de vulnerabilidade social. Quando a imprensa perguntou por que, Djalma respondeu com a franqueza que lhe era característica: *"São mães solteiras que têm que sustentar a família. Como ter oportunidade sem ser qualificado?"* A frase diz muito sobre quem ele era. Não pensava em termos de política pública como abstração. Pensava em gente.

Quando perguntavam a Djalma o que a SUDAM fazia, a resposta era sempre a mesma: *"Nosso objetivo é induzir o empresário a vir para a Amazônia."* Ele repetia isso com a convicção de quem sabia que o desenvolvimento da região dependia de torná-la viável economicamente — não por decreto, mas por resultado concreto. E foi exatamente o que fez.

Trabalhou a vida inteira nos bastidores de decisões que afetaram milhões de pessoas. Pegou um órgão destruído por corrupção e o transformou no principal instrumento de política regional da Amazônia. Criou a primeira política industrial da região. Construiu um modelo de cadeias produtivas que hoje é referência nacional. Levou água a quem não tinha. Deu profissão a quem não tinha oportunidade.

Os programas que ele criou continuam funcionando. Os empregos que ele ajudou a gerar continuam sustentando famílias. As rotas que ele abriu continuam levando renda a comunidades que, antes dele, não existiam no mapa econômico do Brasil. A Zona Franca que ele ajudou a construir continua sendo o único polo industrial do mundo que coexiste com a floresta em pé.

A Amazônia que Djalma ajudou a construir continua de pé. E isso é o maior elogio que se pode fazer a um economista que dedicou a vida a uma região que o resto do país prefere admirar de longe.

Sala das Sessões, 25 de março de 2026.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)